

# Paradigmas e Transitoriedades: Da Idade Média ao Contemporâneo, Ecosocioeconomias e Economia Ecológica

Magno Alves Ribeiro<sup>1</sup>, Liliane Cristine Schlemer Alcântara<sup>2</sup>,  
Carlos Alberto Cioce Sampaio<sup>3</sup>

## RESUMO

A história da humanidade apresenta elementos de transições paradigmáticas que são desencadeadas de tempos em tempos. Este ensaio tem como objetivo apresentar uma linha temporal, da idade média até a contemporaneidade, destacando teorias do pensamento humano e das ciências, a partir de aspectos econômicos, sociais e ambientais, que evidenciam elementos de transitoriedade até a postulação de teorias pós-desenvolvimentistas, sob a denominação das ecosocioeconomias, da qual pressupõe a economia ecológica. Levantou-se o estado da arte sobre o tema transitoriedade, a partir da leitura de livros e artigos de referência. Por meio de uma abordagem retrospectiva, efetuou-se um recorte temporal histórico desde a transição do sistema feudal ao advento do capitalismo em sua fase inicial, revolução industrial até a os dias atuais. Foi analisado/apresentado o surgimento de teorias e paradigmas, que balizam de certa forma o pensamento e a vida social. Fica evidente a influência do sistema capitalista no processo histórico humano, estendendo-se de forma contínua até o presente momento. No entanto, elementos das chamadas ecosocioeconomias, com componente da economia ecológica, se fazem presente, o que no seu conjunto pode caracterizar uma transitoriedade epistemológica antipositivista que em suas concepções prioriza aspectos transdisciplinar e valorização das questões socioambientais, constituindo-se como alternativas às racionalidades do sistema econômico hegemônico vigente.

**Palavras-chave:** alternativas ao desenvolvimento, desenvolvimento, transições paradigmáticas.

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Ambientais (PPGCA) UNEMAT. Professor do curso de Ciências Contábeis, Câmpus de Tangará da Serra - MT (UNEMAT). ORCID: 0000-0003-3101-9903. E-mail: magnoalves@unemat.br

<sup>2</sup> Doutora em Desenvolvimento Regional (PPGDR/FURB) com estágio sanduíche no Instituto de Estudios Cooperativos (LANKI) da Universidad de Mondragón (UM/España). Pós-doutorado em Gestão Urbana (PPGTU/PUC/PR); Estágio pós-doutoral no MEDEH, Universidad Austral do Chile (Valdivia/Chile); Estágio pós-doutoral em Desenvolvimento Regional no PPGDR/FURB. Membro fundadora da Fundación Manfred Max-Neef. Professora da Faculdade de Administração e do Mestrado PROFNIT da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). ORCID: 0000-0001-8502-720X. Email: lilianecsa@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Doutor em Engenharia da Produção (UFSC) com estágio sanduíche em Economia Social (EHES). Professor dos PPG em Desenvolvimento Regional (FURB) e Engenharia Civil (USJT). Professor Visitante PPG em Sociedade Tecnologia e Meio Ambiente (UniEvangelica). ORCID: 0000-0002-0664-0266. E-mail carlos.cioce@gmail.com

A história da humanidade é marcada por sucessivas transições, com os conhecimentos de cada período se acumulando, aprimorando e sendo transmitidos às gerações seguintes ao longo das eras. As divisões temporais atribuídas a cada época têm suas características significativas nos âmbitos social, cultural, político, econômico e científico.

Neste prisma de mudanças nas relações, no qual uma fase particular de determinada sociedade, que encontra dificuldades em reproduzir o sistema econômico e social sobre o qual se funda, e começa a se reorganizar sobre a base de outro sistema que se transforma na maneira geral das novas condições de existência, pode ser denominada como transição/transitoriedade<sup>4</sup>.

A partir desses pressupostos, em uma análise do encadeamento histórico, a decadência do sistema feudal, por meio de uma economia agrária, fez surgir os princípios do capitalismo, que se dá em uma longa transição do seu nascimento, até o formato de nossos dias atuais. As forças produtivas em oposição com as relações de produção representaram o fim da Idade Média (essencialmente agrária) e início da Idade Moderna com o surgimento de uma nova classe social (burguesia), a aceleração do comércio e um novo modelo econômico, por meio do mercantilismo – transformando as relações sociais e institucionais – fortaleceu a hegemonia das relações capitalista<sup>5</sup>.

Esse novo modelo econômico passou por diversas fases de transição ao longo do tempo. O mercantilismo, a partir do século XV (pré-capitalismo), tinha ênfase ao comércio exterior, acúmulo de metais e controle estatal que, posteriormente, evoluiu ao capitalismo industrial no século XVIII, com o surgimento das máquinas, trocando a manufatura por produtos industrializados em larga escala, gerando explosão demográfica nos centros urbanos, condições precárias de trabalho e desemprego. A Revolução Industrial encontrou terreno fértil no mercado interno, mercado externo e condições governamentais, além das mudanças drásticas na face do mundo social<sup>6</sup>.

<sup>4</sup> Maurice Godelier, *Transitions et Subordinations au Capitalisme*. (Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1991).

<sup>5</sup> Maurice Herbert Dobb, *A Evolução do Capitalismo*. ([tradução de Manoel do Rego Braga]. Abril Cultura. 1988).

<sup>6</sup> Anthony Giddens, *Política, Sociologia e Teoria Social*. Tradução de Alexandra Figueiredo, Ana Patrícia Duarte Baltazar, Catarina Lorga da Silva, Patrícia Matos, Vasco Gil. Revisão científica José Manuel Sobral (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008).

Nesses períodos, as transições econômicas foram acompanhadas também por transições e paradigmas no campo cultural e científico. As descobertas conferiram ao pensamento científico um estatuto epistemológico especial. Há mais de trezentos anos, os cientistas do ocidente compartilham e desenvolvem os procedimentos da ciência moderna, informados pelos seus métodos, técnicas, tipos de problemas e de soluções de problemas e visão de mundo<sup>7</sup>.

Observado o contexto, esta pesquisa tem como objetivo apresentar uma linha temporal que traz fatos e histórias com início na Idade Média até a contemporaneidade, destacando algumas teorias e leis da Revolução Científica e do pensamento humano que evidenciam elementos de transitoriedade, a partir de aspectos econômicos, sociais e ambientais, até a postulação de teorias do pós-desenvolvimento, sob a denominação de ecosocioeconomias, as quais pressupõem a economia ecológica.

O trabalho ainda está composto de breves argumentações sobre os registros de transições e transitoriedades nos paradigmas científicos e o surgimento de possíveis alternativas frente à urgência de medidas que possam minimizar os sinais de esgotamento dos recursos da terra. A análise dessa linha do tempo faz conexões com as encruzilhadas modernas e as alternativas postas como os movimentos das ecosocioeconomias e a economia ecológica. Por derradeiro, as Considerações Finais apresentam possibilidades de novos caminhos, na perspectiva da construção de uma nova racionalidade.

## 1. PARADIGMAS NO SURGIMENTO DAS CIÊNCIAS

Para uma melhor compreensão do objetivo da pesquisa, será feita uma breve explicação acerca dos conceitos de transições e paradigmas. Isso se deve ao fato de que, ao longo de toda a história e no âmbito das ciências, as mudanças ocorrem fundamentadas em crenças, valores e técnicas que as sustentam. O objetivo, portanto, limita-se a apresentar e destacar as evoluções e rupturas de paradigmas em momentos diversos da história, tanto nas revoluções científicas como no pensamento humano, sem entrar em contraposição aos aspectos epistemológicos de cada um dos pensamentos.

---

<sup>7</sup> Leila Marrach Bastos Albuquerque, *Novos Paradigmas, Antigos Saberes*. Comunidade Virtual de Antropologia (Internet), v 6, n 1, p 1-8.

Pelo dicionário, *transição* é a passagem de um estado de coisas a outro; mudança<sup>8</sup>. Ou seja, uma ideia que se transposta a eventos, podem ser analisados fatos passados, tempo presente e possíveis processos futuros, que provocaram ou provocará mudanças. Quanto ao paradigma, o dicionário descreve como “padrão já estabelecido; norma: ex. as empresas seguem o que é imposto pelo paradigma de mercado”<sup>9</sup>. Na história das ciências, entretanto, o físico Thomas Kuhn traz uma contribuição significativa no que se relaciona a epistemologia do conhecimento, reconhecendo que a ciência em determinados períodos se reinventa (comunidade de praticantes emergem) à medida que oferece soluções a problemas que anteriormente não conseguia resolvê-los<sup>10</sup>. A partir de um novo paradigma que se origina de crises e problemas, anteriormente sem respostas em dado momento da ciência, e que, então, torna-se possível gerar um novo quadro epistemológico.

Na Idade Média, a visão europeia (e de outras civilizações) era orgânica, cujas pessoas viviam em comunidades pequenas, vivenciavam a natureza e mantinham a interdependência dos fenômenos espirituais e materiais, subordinando-se as necessidades individuais às da comunidade, onde, basicamente, a estrutura científica baseava-se na Igreja e Aristóteles<sup>11</sup>.

Para James Hannan<sup>12</sup>, a ciência medieval também foi influenciada por uma variedade de pensadores e tradições, além da Igreja Católica e Aristóteles. As obras de filósofos árabes e judeus influenciaram nos discursos filosóficos e científicos, com interpretação e disseminação do saber científico em áreas como óptica, teoria do movimento e astronomia.

O saber científico teve seu nascimento no século XV, imprimindo mudanças que, desde então, vêm alterando os modos de vida do homem no planeta. Essa revolução científica possibilitou o acúmulo e a propagação dos saberes, mudando radicalmente os meios de enxergar a natureza, a relação do homem consigo mesmo e com o planeta. O saber científico iniciou a separação dos enigmas e mitos de uma

<sup>8</sup> Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, “Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa”. In: Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. 2009. p. 2120-2120.

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> Thomas Samuel Kuhn, *A Estrutura das Revoluções Científicas*. ([tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira] Editora Perspectiva, 1998).

<sup>11</sup> Fritjof Capra, *O Ponto de Mutação (The Turning Point)*. ([tradução de Álvaro Cabral]. São Paulo, 1982).

<sup>12</sup> James Hannan, *A Origem das Ciências*. ([tradução de Carla Ribeiro]. São Paulo, 1982).

natureza subjugada aos homens para seu benefício e das crenças milenares, para uma transição de imposição da racionalidade<sup>13</sup>.

A transição da Idade Média para Idade Moderna trouxe mudanças que iriam impactar a maneira das pessoas ver e pensar o mundo, o que seria denominado da Era Moderna, cuja base do paradigma dominou nos últimos trezentos anos. A revolução iniciou com Nicolau Copérnico (1473-1543), que se opôs à concepção geocêntrica de Ptolomeu, que tinha sido aceita como dogma por mais de mil anos<sup>14</sup>.

A hipótese do heliocentrismo de Copérnico foi confirmada por Galileu Galilei (1564-1642) que ainda haveria de provocar a verdadeira mudança na opinião científica, com a descoberta das leis da queda dos corpos. Para aos cientistas descreverem matematicamente a natureza, Galileu postulou ao estudo das propriedades essenciais dos corpos materiais, formas, quantidades e movimento, cujas medidas e qualificações fossem possíveis<sup>15</sup>.

Francis Bacon (1561-1626) envolvia a descrição matemática da natureza (a ciência seria o conhecimento para dominar e controlar a natureza) e o método analítico de raciocínio de René Descartes (1596-1650) que introduzia o pensamento racional ou paradigma cartesiano, criando a estrutura conceitual para a ciência do século XVII. A concepção orgânica da natureza foi alterada para a metáfora do mundo como máquina (divisão do todo em partes, de forma mecânica)<sup>16</sup>.

A sequência da transição foi dada por Isaac Newton (1642-1727) que desenvolveu uma formulação matemática da concepção mecanicista da natureza. A física newtoniana conferiu uma substancial teoria matemática do mundo, que conservou o sólido pensamento científico até boa parte do século XX, enquanto Albert Einstein (1879-1955) introduziu duas tendências revolucionárias no pensamento científico, sendo a teoria da relatividade e a teoria quântica<sup>17</sup>.

<sup>13</sup> Colin Alistair Ronan, *História Ilustrada da Ciência: da Renascença à Revolução Científica*. (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v. 3, p. 23-8, 2001).

<sup>14</sup> Fritjof Capra. *O Ponto de Mutação (The Turning Point)*. ([tradução de Álvaro Cabral]. São Paulo, 1982).

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> Thomas Kuhn, *A Estrutura das Revoluções Científicas*.

<sup>17</sup> Idem.

<sup>18</sup> Capra, Fritjof. *O Ponto de Mutação (The Turning Point)*.

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> Thomas Kuhn, *A Estrutura das Revoluções Científicas*.

## 2. ASPECTOS SOCIOLÓGICOS DAS TRANSIÇÕES PARADIGMÁTICAS

Nos tempos atuais, Carlos Sampaio<sup>21</sup> considera que estamos com uma transitoriedade em curso, de um lado a visão perversa de mundo (economias de crescimento) e, a outra, em torno do movimento da sustentabilidade (alternatividades). A transitoriedade remete à compreensão de que, provavelmente, de tempos em tempos, vivencia-se uma encruzilhada, como apontam as teorias do materialismo (Marx e Engels), o paradigma de Kuhn e o terceiro incluído de Nicolescu.

Além dos cientistas citados, outros expoentes das ciências nos séculos XIX e XX buscam explicar os eventos e transições com as possíveis consequências futuras. Tais demandas fazem referência à sociologia e sobre como repercutiam os impactos e as mudanças provenientes desse novo mundo social e, também, aspectos transdisciplinares que envolvem outras ciências.

O pensador Auguste Comte via o conhecimento e a sociedade em um processo evolucionário, na lei dos três estados, com as fases teológica, metafísica e a científica. A primeira é o ponto de partida necessário da inteligência humana, a terceira, seu estado fixo e definitivo; a segunda está destinada unicamente a servir de transição (p.108)<sup>22</sup>.

Para Karl Marx<sup>23</sup>, “os sistemas sociais transitam de um modo de produção para outro – às vezes de forma gradual, outras vezes por via de uma revolução, em resultado das contradições dos seus sistemas económicos (p. 12)”. Para Marx, as transições que fazem a “sociedade mudar não aparecem em qualquer lugar ou a qualquer momento, mas em determinados momentos ao longo de uma cadeia cuja origem estaria do lado das forças produtivas e das relações de produção (p.12)”<sup>24</sup>.

Marx, em colaboração com seu parceiro intelectual de pesquisa, Engels, defendia o caráter materialista da dialética. Sendo o mundo material dialético, ou seja, em constante movimento, as “mudanças ocorrem em função das contradições surgidas a partir dos antagonismos das classes no processo de produção e reprodução social

---

<sup>21</sup> Carlos Alberto Cioce Sampaio, *Gestão que Privilegia uma Outra Economia: Ecosocioeconomia das Organizações*. (Blumenau, SC: EdiFURBb, 2010).

<sup>22</sup> Raymond Aron, *As Etapas do Pensamento Sociológico*. ([tradução Sérgio Bath]. Martins Fontes, 2000), p. 108.

<sup>23</sup> Maurice Godelier, *Transitions et Subordinations au Capitalisme*.

<sup>24</sup> Idem, p.12.

(p.4)<sup>25</sup>. Esse processo antagônico desenvolveu-se na transição dos modos de produção do feudalismo para o capitalismo, os quais sempre foram marcados por contradições, tese versus antítese, superadas pela síntese<sup>26</sup>.

Baseando, então, nos princípios daquilo que Marx chamou de “dialética da natureza”, as leis gerais da dialética podiam ser reduzidas, no essencial, a três: a) lei da passagem da quantidade à qualidade (e vice-versa). As transformações passam por períodos lentos (alterações quantitativas) e ora por ciclos de aceleração (alterações qualitativas, isto é, modificações radicais). b) lei da interpenetração dos contrários: essa lei preconiza que tudo tem a ver com tudo, onde nada pode ser concebido isoladamente. E c) lei da negação da negação: surgimento de algo novo a partir interatividade de pilares contraditórios, a partir dessa relação deriva a síntese<sup>2728</sup>.

Na transição do século XIX para o século XX, Durkheim tinha uma certa visão positiva dessa nova sociedade, pois a crescente divisão social poderia aumentar a solidariedade entre as pessoas ao invés de conflitos. Por conseguinte, Durkheim argumentava que as crises que aconteciam com as mudanças, ocorriam por ausência de regras morais que pudessem nortear as condutas das pessoas, dificultando o bom funcionamento da sociedade, imergindo-as em um estado de anomia<sup>2930</sup>.

No intuito de apresentar soluções às anomias na sociedade europeia, Durkheim buscou constituir regras de diferenciação do normal e do patológico por meio de normas de condutas desejáveis e não desejáveis. Apresentando como parâmetros de normalidade o grau de generalidade de ocorrência de um fenômeno em uma espécie social<sup>313233</sup>.

Para Max Weber<sup>34</sup>, a Revolução Industrial e a emergência do capitalismo eram provas de uma tendência maior no sentido da racionalização. O capitalismo não era

<sup>25</sup>Emiko Yoshikawa Egrý, “Compreendendo a Dialética na Aproximação com o Fenômeno Saúde-Doença”. São Paulo, *Escola de Enfermagem da USP*, 1994, p.6.

<sup>26</sup>Vânia Bambilra, *A Teoria Marxista da Transição e a Prática Socialista*. (Brasília, DF Edunb, 1993).

<sup>27</sup>Friedrich Engels, *Dialética da Natureza*. (São Paulo: Paz e Terra, 1977).

<sup>28</sup>Leandro Konder, *O que é Dialética?* (São Paulo, Brasiliense, 1984).

<sup>29</sup>Aparecido Francisco Dos Reis, *Durkheim: Uma Resenha Sobre as Regras do Método Sociológico*. (Multitemas, 1999).

<sup>30</sup>Anthony Giddens, Política, *Sociologia e Teoria Social*.

<sup>31</sup>Émile Durkheim, *Da divisão do Trabalho Social*. (São Paulo: Abril Cultural, 1983. Os pensadores).

<sup>32</sup>Quintaneiro, Tânia; Barbosa, Maria L. O.; Oliveira, Márcia G. M. *Um Toque de Clássicos*. (Ed. UFMG. Minas Gerais, 2003).

<sup>33</sup>Dos Reis, Aparecido Francisco. Durkheim: *Uma Resenha Sobre as Regras do Método Sociológico*. (Multitemas, 1999).

<sup>34</sup>Max Weber, *A ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (S. Tellaroli, Trad.). (São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1905), 2004).

dominado pelo conflito de classes, como Marx defendia, mas sim pelo avanço da ciência, cujo gênero é característico do Ocidente. As teorias de ambos são “dois paradigmas contraditórios e incompatíveis nas ciências sociais (p.17)”<sup>35</sup>. Segundo Max Weber<sup>36</sup>, a realidade social sendo caótica, faz-se necessário parâmetros para melhor compreender. O tipo ideal fornece recursos para compreensão dos comportamentos sociais e um marco inicial para classificar e analisar as formas de ação social. Dito isso, uma ação social é quando um determinado comportamento implica uma relação de sentido para quem age.

Portanto, uma ação social sempre deve implicar uma relação de reciprocidade frente a outros indivíduos, Max Weber<sup>37</sup> afirma que é possível identificar quatro tipos de ações que, às vezes, se misturam. Ela será uma ação social racional com relação a fins, na qual escolhe-se um fim e busca-se, racionalmente, através dos melhores meios para poder atingir, como empresas buscando lucros com os meios mais adequados<sup>38</sup>.

Em uma conduta racional em relação a valores, não é o fim que orienta a ação, mas outros valores éticos, religiosos, políticos, como exemplo um trabalho voluntário. Para uma ação social afetiva que está fundada em sentimentos, em suas emoções imediatas como sentimentos, paixões etc. Por último, a ação social tradicional, que acontece assentada em hábitos, convicções ou costumes arraigados<sup>39</sup>.

A lógica capitalista se fundamenta na racionalidade instrumental, no cálculo do custo-benefício, sobrepujando os valores éticos, morais, religiosos à dimensão afetiva e tradições. Como um dos principais elementos do capitalismo, a racionalidade do mercado baseia-se na materialidade da vida, ocasião que se calcula custo e benefício econômico. Fins econômicos justificam meios instrumentados. Nessa complexa ordenação, à medida que vamos transitando para um capitalismo mais avançado, as formas baseadas em valores afetivos e tradicionais tenderiam a extinção, ficando somente as ações de meios orientados ao fim (racional) que maximizam o lucro e viveríamos em um mundo de desencanto, privado de um caráter emancipador<sup>40</sup>.

<sup>35</sup> Michael Lowy, *A Jaula de Aço: Max Weber e o Marxismo Weberiano*. ([tradução de Mariana Echalar] São Paulo: Boitempo Editorial, 2014): p.17.

<sup>36</sup> Max Weber, *A ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.

<sup>37</sup> Max Weber, *Economía y Sociedad. Esbozo de Sociología Comprensiva*. (México: Fondo de Cultura Económica. México, 2002).

<sup>38</sup> Tânia Quintaneiro; Maria Barbosa L. O.; Márcia Oliveira, *Um Toque de Clássicos*. (Ed. UFMG. Minas Gerais, 2003).

<sup>39</sup> Max Weber, *Economía y Sociedad. Esbozo de Sociología Comprensiva*.

<sup>40</sup> Max Weber, *A ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.



### 3. TRANSITORIEDADES: TEMPOS DE PASSAGENS E ENCRUZILHADAS

Na Idade Média, a ciência clássica, quando se deparava com uma contradição, possivelmente poderia se equivar a um equívoco de pensamento. A ciência moderna nos apresenta que a evolução do conhecimento científico não é apenas avanços e ampliações de saberes, mas também de transformações, de rupturas, de passagem de uma teoria para outra. Portanto, as teorias apresentam limites, assim como a ciência<sup>41</sup>. Nessa direção, Fritjof Capra<sup>42</sup> aponta que as transições atuais poderão ser mais extremas em relação as anteriores, pois a velocidade das alternâncias na atualidade é mais ampla e profunda, abrangendo o mundo inteiro, porquanto transições poderosas ocorrem simultaneamente.

No ano de 1916, Sigmund Freud publicou um texto intitulado *Vergänglichkeit* (A transitoriedade), cuja produção apresenta a compreensão da transitoriedade, a eventos de nossa existência como a vida e a morte, uma passagem efêmera. A compreensão que, no ciclo vital, tudo é transitório<sup>43</sup>. No entanto, aceitar a transitoriedade dos fatos implica perceber que o caráter transitório não releva questões de maior ou menor importância. De tudo o que destaca, é a existência de aspectos também célebres, realçando a continuidade, por outro lado o rompimento, ora de uma vida humana, por vezes de uma flor, ou de grandes construções culturais<sup>44</sup>, ou seja tudo passa pela transitoriedade.

O estruturalista Thomas Kuhn em sua obra “A estrutura das revoluções científicas”, relata as diferentes fases pelas quais uma área de pesquisa pode transitar no decorrer de sua trajetória: antecedentes da ciência, ciência normal, crise e revolução científica. Para melhor compreender o modelo, faz-se necessário apresentar a definição de paradigma, como sendo “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência (p.13)”<sup>45</sup>

<sup>41</sup> Edgar Morin, *Ciência com Consciência*. ([tradução de Maria Alice Sampaio Dória] Ed. revista e modificada pelo autor - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 350p. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005).

<sup>42</sup> Fritjof Capra, *O Ponto de Mutação*.

<sup>43</sup> Sigmund Freud, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume XIV: *A História do Movimento Psicanalítico, Artigos sobre Metapsicologia* (1914-1916) (Imago Editora, 2006).

<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> Thomas Kuhn, *A Estrutura das Revoluções Científicas*.

Um paradigma tem origem em épocas marcadas por carências de paradigmas dominantes. Os antecedentes pré-paradigmático são destacados por baixa densidade de comunidades de pesquisas e acúmulo de dados e não existe aceitação coletiva de métodos ou padrões científicos<sup>46</sup>. No caso de uma ser aceita pela comunidade científica, instaura-se o passo seguinte batizado de ciência normal, cujos pesquisadores têm a missão de lapidar os padrões já classificados<sup>47</sup>.

A transição de um paradigma em crise para um novo não é um processo simples e rápido, muito menos existe articulação do velho com o novo paradigma. “É antes uma reconstrução da área de estudos a partir de novos princípios, reconstrução que altera algumas das generalizações teóricas mais elementares do paradigma, bem como muitos de seus métodos e aplicações (p.116)”<sup>48</sup>.

Como as crises geram revolução científica, e conseqüente queda de paradigmas, no início do século XX, Max Planck fez a descoberta da entrada da descontinuidade no campo da física, em que, a energia tem uma estrutura discreta, descontínua, do qual o batismo da descoberta foi a chamada mecânica quântica, cuja evidência revolucionou toda física e abrindo perspectiva para uma nova visão do mundo<sup>49</sup>.

Assim, o paradigma que respaldava a ideia de continuidade constatou a verificação da descontinuidade, ou seja, o indeterminismo. A descoberta de “pares de contraditórios mutuamente exclusivos (A e não-A): onda e corpúsculo, continuidade e descontinuidade, separabilidade e não separabilidade..., etc. (p.7)”<sup>50</sup>, deu-se com o progresso da Física Quântica. Os pares de contraditórios baseia-se em três axiomas: “1- O axioma da identidade: A é A; 2- O axioma da não-contradição: A não é não -A; 3- O axioma do terceiro excluído: não existe um terceiro termo T (T de “terceiro incluído”) que é ao mesmo tempo A e não -A” (p. 9).

Com a noção do terceiro incluído como uma lógica verdadeira, ela dialoga com a complexidade e transdisciplinaridade, visto que não elimina a lógica do terceiro excluído, logo não exclui saberes ou conhecimentos. A lógica do terceiro incluído não

<sup>46</sup> Jesus de Paula Assis, “Kuhn e as Ciências Sociais”. Estudos avançados, v. 7, p. 133-164, 1993.

<sup>47</sup> Thomas Kuhn, *A Estrutura das Revoluções Científicas*.

<sup>48</sup> Idem, p. 116.

<sup>49</sup> Basarab Nicolescu, *O Manifesto da Transdisciplinaridade*. ([tradução de Lúcia Pereira de Souza] São Paulo: Triom, 1999).

<sup>50</sup> Idem, p. 7-9.

é apenas uma metáfora, é sim, antes, uma lógica da complexidade, que perpassa os diferentes campos do conhecimento <sup>51</sup>.

O físico Fritjof Capra<sup>52</sup>, em estudos de períodos de transformação cultural, aponta que as transições são precedidas por indicadores sociais (doenças, crimes, desintegração social etc.), cujos indicadores podem ser evidenciados entre uma e três décadas antes da mudança principal, com aumento da periodicidade ao avizinhar dos eventos. Explica que as civilizações atravessam por fases cíclicas de nascer, crescer, colapsar e desintegrar.

Questões sociais ou do ambiente natural podem provocar a inércia e gerar uma reação comunitária ou em grupos, a qual induz novos desafios a sociedade a entrar no processo de civilização. Entre essas transições, Fritjof Capra<sup>53</sup> cita três que permeiam nossa atualidade que de alguma forma promovera alterações que abalarão nosso sistema social, econômico e político de maneira importante. A primeira transição, como do inevitável declínio do resistente patriarcado, a segunda transição tem a ver com declínio do combustível fóssil, a qual projeta o que estão e estarão exauridos por volta do ano 2.300. A terceira transição está relacionada com valores culturais, a qual aponta que teorias e crenças estão sob juízo e demandam de profunda reavaliação<sup>54</sup>.

#### 4. TRANSITORIEDADE NO LIMIAR DAS ALTERNATIVIDADES

A revolução da sociedade industrial teve como consequência a consolidação do capitalismo e a racionalização dos processos como foco básico em resultados econômicos. O que era chamado como nova indústria, basicamente se move por combustíveis fósseis (carvão, gás e petróleo). Tal era a medida de consumo e as projeções que, na época, Max Weber indagou se o esgotamento dos recursos traria o fim do capitalismo, o que traz para o presente o aspecto real da crise ambiental <sup>55</sup>.

Os padrões iniciais do século XVIII não somente se repetem como aumentou exponencialmente para nossa atualidade. A queima de combustíveis fósseis, desmatamentos, aterros de lixo etc., gera emissões de gases de efeito estufa que

---

<sup>51</sup> Idem. p. 7.

<sup>52</sup> Fritjof Capra, *O Ponto de Mutação* (The Turning Point).

<sup>53</sup> Idem.

<sup>54</sup> Idem.

<sup>55</sup> Michael Lowy, *A Jaula de Aço: Max Weber e o Marxismo Weberiano*.

ocasionam mudanças climáticas. O relatório “Mudanças Climáticas 2022”, do Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima – IPCC<sup>56</sup>, afirma que a influência humana aqueceu a atmosfera, os oceanos e os continentes.

A crise ecológica é um mal que deve ser combatido por todos os países, sejam os desenvolvidos ou em desenvolvimento, pois a questão ambiental é o obstáculo central do século que desafia a política, a ética e a ciência. A United Development Programme – UNDP<sup>57</sup> relata que estamos utilizando os recursos naturais ao equivalente de 1,6 a capacidade da Terra para manter nossos estilos de vida, de maneira que os ecossistemas não podem suportar esse ritmo de exploração. Os danos ao ecossistema agravam as mudanças do clima e afetam a segurança alimentar do planeta, onde ao redor de 40% da população mundial estão afetadas por essa degradação.

A história do extrativismo na América Latina vem sendo registrada desde os tempos coloniais europeus. Essa apropriação de recursos naturais inclui os tradicionais produtos de mineração e petróleo e agora se estende aos monocultivos de exportação. Todas essas modalidades trazem reflexos nas dimensões econômica, social e ambiental dos países<sup>58</sup>. Esse chamado neoextrativismo possui características de produtos destinados à venda in natura ou ao processamento primário, onde os países apresentam uma economia pouco diversificada e baseada nos recursos naturais. São reflexos de uma forma predatória de capitalismo.<sup>59</sup>

Tal modelo de economia predatória vem se materializando em tragédias ambientais que afetam as populações e comunidades. Tragédias como a de Brumadinho em Minas Gerais (Vale do Rio Doce), que contaminam águas e solo; tragédias como os garimpos em terras indígenas Yanomamis, que contaminam os rios com mercúrio e comprometem a segurança alimentar e a saúde daquela comunidade.<sup>60</sup>

<sup>56</sup> Intergovernmental Panel On Climate Change - IPCC. “Sexto Relatório de Avaliação do IPCC: Mudança Climática 2022”. <https://www.unep.org/pt-br/resources/relatorios/sexta-relatorio-de-avaliacao-do-ipcc-mudanca-climatica-2022>

<sup>57</sup> UN, United Nations. United Nations Development Program. “Sustainable Development”. New York: UNDP, 2021. Accessed mar 2023. <https://feature.undp.org/2023-halfway-there>.

<sup>58</sup> Eduardo Gudynas. *Extractivismos: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza*. Cochabamba: CEDIB/CLAES, 2015.

<sup>59</sup> Luís Jardim Wanderlei, Ricardo Júnior de Assis Fernandes Gonçalves, “O interesse é no minério: o neoextrativismo ultraliberal marginal e a ameaça de expansão da fronteira mineral pelo governo Bolsonaro”. *Revista Da ANPEGE*, 16(29), 555–599, 2020.

<sup>60</sup> Alessandra, Tereza Mansur Silva, Roberta Barros Meira, João Carlos Ferreira de Melo Júnior. “Um Grito de Alerta de Dentro do Coração da Hutukara: Memórias do Garimpo na Literatura Yanomami”. *História Ambiental Latinoamericana Y Caribeña (HALAC) Revista De La Solcha*, 13(2), 55–87, 2023.

O caráter predatório do desenvolvimento do agronegócio brasileiro, com a apropriação de grandes porções territoriais e ainda com grandes frentes de expansão no cerrado do Centro-Oeste, em partes do Nordeste e na Amazônia, causa violência e deixa outros rastros de destruição. O novo cenário do agronegócio cria dinâmicas que interferem negativamente no modelo das comunidades tradicionais em diversas dimensões.<sup>61</sup>

Para a UNDP<sup>62</sup>, existe a necessidade de implementação de medidas em todos os níveis desde local ao global, como para conservação das águas, agricultura mais sustentável, com reversão da degradação ambiental e restauração do ecossistema. Empresas colocando a sustentabilidade nos centros das decisões, baseando-se em novos modelos de negócios com impactos mínimos ao meio ambiente.

Atitudes para mudanças são necessárias. Freud, no seu ensaio da transitoriedade (*Vergänglichkeit*), fazia menção a uma análise da efemeridade da vida, esse fenômeno pode ser conectado agora como a vida do planeta. Carlos Sampaio e outros<sup>63</sup> tem se utilizado da expressão transitoriedade para compreender as transições em curso no mundo das organizações. Sempre de maneira crítica em relação à racionalidade hegemônica que prevalece no paradigma tríplice de desenvolvimento – economia de mercado, pensamento neoliberal e sociedade de consumo –, os pesquisadores, por meio das transições em movimento, procuram identificar alternativas dentro desta vertente epistemológica do pós-desenvolvimento, denominada "ecosocioeconomias das organizações", para superar as limitações do capitalismo<sup>66</sup>.

<sup>61</sup> Francisca Marli Rodrigues de Andrade, Eunápio Dutra do Carmo, Alen Batista Henriques. "Agronegócio e Mineração na Amazônia Paraense: Populações Tradicionais e Racismo Ambiental." *Ciência Geográfica* - Bauru - XXVII - Vol. XXVII - (2): janeiro/dezembro, p. 788-817, 2023.

<sup>62</sup> UN, United Nations. United Nations Development Program. "Sustainable Development". New York: UNDP, 2021. Accessed mar 2023. <https://feature.undp.org/2023-halfway-there>.

<sup>63</sup> Carlos Alberto Cioce Sampaio et al., "Ecosocioeconomias: un Concepto en Construcción". *Revista da FAEEDBA: Educação e Contemporaneidade*, v. 27, n. 52, p. 13-25, 2018.

<sup>64</sup> Carlos Alberto Cioce Sampaio et al., "Ecosocioeconomias: Análise de experiências ao oeste dos Estados Unidos da América". *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 16, n. 3, 2020.

<sup>65</sup> Carlos Alberto Cioce Sampaio et al., "Bem Viver: Repensando a Criação de Novos Modos de Vida na Era Pós-Covid-19". *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 59, 2022.

<sup>66</sup> Paulo Henrique Freire Vieira, Carlos Alberto Cioce Sampaio, "Ecosocioeconomias na Encruzilhada do Antropoceno: uma Perspectiva Sistêmica-Transdisciplinar". *Revista Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)*, v. 12, p. 168 - 208, 2022.

<sup>67</sup> Carlos Alberto Cioce Sampaio et al., "Bem Viver: Repensando a Criação de Novos Modos de Vida na Era Pós-Covid-19".

#### 4.1 AS ECOSSOCIOECONOMIAS

Um marco do processo de tomada de consciência se deu no âmbito da Conferência Mundial de Estocolmo sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1972), onde foi pautado temas como poluição atmosférica e consumo excessivo dos recursos naturais. A Conferência discutiu e ampliou debates sobre os impactos ambientais e a necessidade de agir com a inclusão dos segmentos ambientais, renováveis ou não, na modelagem econômica, e as possibilidades concretas de esgotamento, poluição e destruição dos ecossistemas, dada a forte ênfase do economicismo nas políticas de desenvolvimento. A partir desses debates, foi tido como saldo positivo o novo conceito paradigma "ecodesenvolvimento" utilizado pelo canadense Maurice Strong como uma vigorosa direção a ser explorada e que foi adotada por Ignacy Sachs seu maior expoente<sup>68</sup>.

Quanto ao conceito de Desenvolvimento Sustentável, foi no Relatório Brundtland – Our Common Future –, de 1987, encomendado pela Organização das Nações Unidas (ONU), e que se apresenta o desenvolvimento sustentável como o caminho para equilíbrio entre meio ambiente o econômico e social. Para Henrique Leff<sup>69</sup>, esse documento discute as bases do ecodesenvolvimento, voltados para atingimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

A conceituação deixa evidente que, além dos aspectos econômicos, não fica dissociada as questões sociais e ambientais, pressupondo uma solidariedade com a geração atual (lógica da produção para necessidades básicas da maioria da população) e uma solidariedade, expressa na economia de recursos naturais para garantir às gerações futuras as possibilidades de desenvolvimento. O ecodesenvolvimento é um modelo que deve ser aplicável em escalas locais e/ou regionais, em espaços de pequenas iniciativas agrupadas, considerando os recursos disponíveis e as necessidades de cada sociedade, expressas de forma participativa para seu fortalecimento<sup>70</sup>.

<sup>68</sup> Oklinger Mantovaneli Jr, Carlos Alberto Cioce Sampaio, "Governança para o Desenvolvimento Territorial Sustentável". *Brazilian Journal of Environmental Sciences* (Online), n. 18, p. 77-88, 2010.

<sup>69</sup> Enrique Leff, *Ecologia, Capital e Cultura: a Territorialização da Racionalidade Ambiental*. (Editora Vozes, 2009).

<sup>70</sup> Ignacy Sachs, *Ecosocioeconomia: Teoria e Prática do Desenvolvimento*. (São Paulo: Cortez Editora, 2007).

Logo, com a transitoriedade, invariavelmente, ficam resquícios de elementos do paradigma que se deseja superar. Tudo isso guarda similaridade com a tese da ecosocioeconomia, ou seja, as novas dinâmicas sociais em curso, mesmo que se contradizem com seus antecedentes, devem considerar a possibilidade de se manter a interlocução com esses<sup>71</sup>. A transitoriedade do anterior para um novo, gera embate entre os polos no intuito de obter a adesão da comunidade científica. Thomas Kuhn<sup>72</sup> aponta que, por não haver sistema de conceitos empírica ou cientificamente neutro, a tradição do paradigma anterior ainda é referência.

Por particularizar o enfoque metodológico-empírico, a ecosocioeconomia acolhe o desenvolvimento sustentável; contudo, Manfred Max-Neef<sup>73</sup> alerta para a transitoriedade em andamento, a qual especifica que dado ao que ocorre no campo das mudanças climáticas, o processo de transição não deve ser severo, considerando as dificuldades em seus delineamentos epistemológico-teóricos, mesmo admitindo quais são as hipóteses. A ecosocioeconomia se concretiza através do pensar e agir dos grupos organizados formais ou quase organizados, nos processos cotidianos do mundo da vida na ocasião que se promove o desenvolvimento territorial<sup>74</sup>.

Derivada de alternativas como ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, as ecosocioeconomias se destacam como alternativas de desenvolvimento à escala humana, apropriando-se da teoria do saudoso Manfred Max-Neef<sup>75</sup>, reposicionando a dimensão econômica diante de seus pares social e ambiental. Em termos de um desenvolvimento socialmente inclusivo e ambientalmente correto. Paulo Vieira<sup>76</sup> aponta para “uma nova economia de sistemas socioambientais complexos – a ecosocioeconomia (p.38)”, com novas relações de uma economia que não sejam meramente mercantis e que levem em contas as necessidades humanas e o meio ambiente.

<sup>71</sup> Carlos Sampaio, *Gestão que Privilegia uma Outra Economia: Ecosocioeconomia das Organizações*.

<sup>72</sup> Thomas Kuhn, *A Estrutura das Revoluções Científicas*.

<sup>73</sup> Max-Neef, Manfred A. Foundations of transdisciplinarity. *Ecological Economics*, 2005, 53.1: 5-16.

<sup>74</sup> Sampaio, Carlos A. C. *Gestão que Privilegia uma Outra Economia: Ecosocioeconomia das Organizações*. (Blumenau, SC: EdifURBb, 2010).

<sup>75</sup> Artur Manfred Max-Neef, “Foundations of transdisciplinarity. *Ecological Economics*”, 2005, 53.1: 5-16

<sup>76</sup> Paulo Henrique Freire Vieira, “Do Preservacionismo ao Desenvolvimento Territorial Sustentável”. *Política & Sociedade*, v. 8, n. 14, p. 27-78, 2009: p. 38.

Foi Karl William Kapp<sup>77</sup>, abordando as relações entre desenvolvimento e meio ambiente cunhou a expressão “Ecosocioeconomia”. Segundo Ignacy Sachs<sup>78</sup>, Karl Kapp ao politizar a questão ambiental, releva aspectos culturais, espaciais, institucionais, ecológicos e econômicos quanto à transitoriedade para um novo paradigma de desenvolvimento. Karl Kapp<sup>79</sup>, em sua obra, apresenta aspectos em que as empresas tendem a incidir em custos sociais (quando uma ação humana repercute direta e negativa sobre o ambiente natural, causando estragos ao bem-estar social e colocando em risco a espécie humana) que, por vezes, não são registrados pela contabilidade tradicional (não gerou desembolsos financeiros); no entanto, são integralmente transferidos para outras empresas e a comunidade, direta ou indiretamente.

Um novo campo teórico, interdisciplinar, que se apresenta como contraponto ao paradigma economicista, emergem do vazio institucional da chamada economia de mercado. As ecosocioeconomias, fundadas em novas alternativas, diferentes arranjos institucionais, com caminhos variados, cujas experimentações irrompem de múltiplos territórios, com soluções simples e efetivas, adaptadas à tecnologias apropriadas ao local, participe das experiências territoriais, com formas tanto mitigadoras, contributivas, bem como em adaptação às mudanças climáticas<sup>80</sup>.

As ecosocioeconomias acabam por questionar teorias anteriores e, portanto, surgem da insatisfação com tais paradigmas<sup>81</sup>. Em um modelo teórico-metodológico, Carlos Sampaio<sup>82</sup> propõem que as Ecosocioeconomias das Organizações possibilitam refletir sobre a viabilidade interorganizacional e efetividade extraorganizacional para o território, e que nos processos de deliberações dos grupos, estejam em relevo a extra racionalidade, que favoreçam aos grupos nas tomadas de decisão.

Apesar de ações e práticas heterogêneas, os movimentos podem constituir-se em novos estilos de vida diante das significativas interferências nas dimensões

<sup>77</sup> Karl William Kapp. *The Social Costs of Private Enterprises*. (Cambridge: Harvard University Press, 1950).

<sup>78</sup> Ignacy Sach. *Ecosocioeconomia: Teoria e Prática do Desenvolvimento*. (São Paulo: Cortez Editora, 2007).

<sup>79</sup> Karl William Kapp, *The Social Costs of Private Enterprises*.

<sup>80</sup> Carlos Alberto Cioce Sampaio, et al., “Ecosocioeconomias: Análise de experiências ao oeste dos Estados Unidos da América”.

<sup>81</sup> Carlos Alberto Cioce Sampaio, Flávia Keller Alves. “Ecosocioeconomias: Um Conceito em Construção”. In: Sampaio, Carlos A. C.; Grimm, Isabel J.; Alcântara, Liliane C. S.; Mantovaneli Jr., O. (Org.). *Ecosocioeconomias: Promovendo Territórios Sustentáveis*. (Blumenau, SC: Edfurb, 2019).

<sup>82</sup> Carlos Alberto Cioce Sampaio, *Gestão que Privilegia uma Outra Economia: Ecosocioeconomia das Organizações*. (Blumenau, SC: EdFURBb, 2010).



econômicas e ambientais. Movimentos que apresentam dinâmica sistêmica planetária servem de exemplo para transformações ecosocioeconômicas<sup>83 84</sup>.

Em pesquisas que formam base de uma sistematização teórico-empírica, denominada de síntese, os pesquisadores apontam resultados e considerações sobre o esforço de análise comparativa de experiências identificadas como ecosocioeconomias no Brasil e em outros países<sup>8586878889909192</sup>.

A sistematização do conceito de ecosocioeconomias foi realizada por meio das dimensões da sustentabilidade, que relacionam visões/teorias com análises de experiências paradigmáticas e imbricações das dimensões ecológica com a socioeconomia, dimensão econômica com a socioecológica e dimensão social com as imbricações entre economia e ambiente.<sup>93</sup>.

Como experiências de ecosocioeconomias das organizações e seus desdobramentos, considerando o enfoque metodológico-empírico, citam-se as experiências que contribuíram significativamente nas comunidades e se apresentam como alternativas: Turismo comunitário, solidário e sustentável; Responsabilidade socioambiental corporativa (Environmental, Social and Governance; Benefit Corporation, Fair trade, Economia de comunhão); Economia social (Cooperativismo); Gestão de unidades de conservação ambiental, Mobilidade urbana sustentável; Gestão sustentável de assentamentos; Tecnologias apropriadas; Slow cities, Transition Towns, Fontes de energia renováveis, Consumo crítico, Gestão urbana sustentável, Permacultura/Agroecologia e Ecovilas, experiências que atendem de maneira integral aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que integram a Agenda 2030 e que sucedeu a Agenda 21, além de outras. Ignacy Sachs intitula como “enciclopédia do

<sup>83</sup> Carlos Alberto Cioce Sampaio, “Bem Viver: Repensando a Criação de Novos Modos de Vida na Era Pós-Covid-19”.

<sup>84</sup> Arturo Escobar, *O Lugar da Natureza e a Natureza do Lugar: Globalização ou Pós-Desenvolvimento?* (Buenos Aires. Clacso. 2005).

<sup>85</sup> Carlos Alberto Cioce Sampaio, “Turismo como Fenômeno Humano: Princípios para Pensar a Ecosocioeconomia do Turismo e sua Prática Sob a Denominação Turismo Comunitário”. *Revista Turismo em Análise*, v. 18, n. 2, p. 148-165, 2007.

<sup>86</sup> Carlos Alberto Cioce Sampaio, Ivan Dallabrida, “Ecosocioeconomia das Organizações: Gestão que Privilegia uma outra Economia”. *Revista da FAE*, v. 12, n. 2, 2009.

<sup>87</sup> Carlos Alberto Cioce Sampaio, *Gestão que Privilegia uma Outra Economia: Ecosocioeconomia das Organizações*. (Blumenau, SC: EdiFURBb, 2010).

<sup>88</sup> Carlos Alberto Cioce Sampaio, et al., “Ecosocioeconomías: un Concepto en Construcción”.

<sup>89</sup> Liliane Cristine Schlemer Alcântara, Carlos Alberto Cioce Sampaio, *Bem Viver e Ecosocioeconomias*. (Cuiabá, MT: Edufmt, 2019).

<sup>90</sup> Carlos Alberto Cioce Sampaio, et al., “Ecosocioeconomias: Análise de experiências ao oeste dos Estados Unidos da América”.

<sup>91</sup> Carlos Alberto Cioce Sampaio, et al., “Bem Viver: Repensando a Criação de Novos Modos de Vida na Era Pós-Covid-19”.

<sup>92</sup> Paulo Henrique Freire Vieira, Carlos Alberto Cioce Sampaio, “Ecosocioeconomias na Encruzilhada do Antropoceno: uma Perspectiva Sistêmica-Transdisciplinar”.

<sup>93</sup> Carlos Alberto Cioce Sampaio, et al., “Ecosocioeconomías: un Concepto en Construcción”.

cotidiano” que criam alternativas sistêmicas aos problemas cotidianos, podendo ser considerado como “uma luz no final do túnel” no tocante à transitoriedade entre o paradigma decadente e emergente<sup>94</sup>.

Como exemplo de experiências práticas com alternativas ecosocioeconomicas no Brasil e na América Latina, podem ser citadas o turismo comunitário que é pensado como um projeto de desenvolvimento territorial sistêmico, a partir da própria comunidade, tendo tudo isso interconectado a educação, saúde e meio ambiente. Tem-se como exemplos um projeto no município de Beberibe (CE), a prainha do canto verde; em Santa Rosa do Sul (SC), Associação da acolhida na colônia, em Morretes (PR). No Chile a rede de agroturismo em Chiloé (*región los lagos*), a rede de turismo rural Licanhasi (*San Pedro de Atacama*) e tantos outros.<sup>95</sup>

Também como exemplo de prática socioambiental, as Ecovilas que surgiram no contexto da crise dos limites de crescimento e da globalização. A busca pela sustentabilidade e o desenvolvimento de tecnologias socioambientais com foco no território e a articulação em rede, são características das ecovilas. Como exemplo, no Brasil a Vila Yamaguchi, localizada em Jaguariúna (SP), com foco na produção de alimentos e na vida comunitária. Em Portugal a Ecovila Tamera, no Alentejo, que construiu zonas de retenção de águas que servem para melhorar o clima, embelezamento e na irrigação de pequenas plantações.<sup>96</sup>

As ecosocioeconomias afloram de diferentes formas, porém não se tem a pretensão de ser “um remédio a todos os males”, mesmo porque a sociobiodiversidade de modos de vida, de produção e conhecimento é preterida<sup>97</sup>. Com visão paradigmática e racionalidade própria (pensamentos e comportamentos adaptados da razão de um contexto pessoal ou social), as ecosocioeconomias também apresentam seus limites como organizações e não podem atender todas as visões de mundo<sup>98</sup>. Neste sentido,

<sup>94</sup> Carlos Alberto Cioce Sampaio, Flávia Keller Alves, “Ecosocioeconomias: Um Conceito em Construção”. In: Sampaio, Carlos A. C.; Grimm, Isabel J.; Alcântara, Liliane C. S.; Mantovaneli Jr., O. (Orgs.). Ecosocioeconomias: Promovendo Territórios Sustentáveis. (Blumenau, SC: Edfurb, 2019).

<sup>95</sup> Carlos Alberto Cioce Sampaio, *Gestão que Privilegia uma Outra Economia: Ecosocioeconomia das Organizações*. (Blumenau, SC: EdiFURBb, 2010).

<sup>96</sup> Carlos Alberto Cioce Sampaio, Flávia Keller Alves, “Ecosocioeconomias: Um Conceito em Construção”. In: Sampaio, Carlos A. C.; Grimm, Isabel J.; Alcântara, Liliane C. S.; Mantovaneli Jr., O. (Orgs.). Ecosocioeconomias: Promovendo Territórios Sustentáveis. (Blumenau, SC: Edfurb, 2019).

<sup>97</sup> Carlos Alberto Cioce Sampaio, *Gestão que Privilegia uma Outra Economia: Ecosocioeconomia das Organizações*.

<sup>98</sup> Carlos Alberto Cioce Sampaio, et al., “Ecosocioeconomias: un Concepto en Construcción”.

destacam-se as ecosocioeconomias como experiências exitosas que remetem a noção de transitoriedade.

Sampaio et al.<sup>99</sup> defendem ainda que outras matrizes “híbridas e sócio diversas” possa coexistir, com manifestações que assumam as referências contrárias, como factual para avançar em um Bem Viver. Por exemplo, a Economia Ecológica apresenta características de transitoriedade entre as racionalidades vigentes, pois busca o equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente para garantir a sobrevivência das gerações futuras<sup>100</sup>.

#### 4.2 ECONOMIA ECOLÓGICA: GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE E CIÊNCIA

A Economia Ecológica teve suas primeiras sementes plantadas no século XIX e início do século XX, em que alguns abnegados se esforçaram sem sucesso em implantar uma visão biofísica da economia, como um subsistema de um sistema maior sujeito às leis da termodinâmica<sup>101</sup>. Na década de 1960, ressurgiu influenciada pelo desenvolvimento científico da biologia e da ecologia.

Na década de 1970, as formulações iniciais da economia ecológica receberam aportes importantes como *The Limits to Growth*<sup>102</sup>, que trata do crescimento exponencial da população mundial e seus reflexos nos padrões de industrialização, poluição, produção de alimentos e esgotamento de recursos como os combustíveis fósseis, além disso no ano de 1971 o trabalho inovador de Nicholas Georgescu-Roegen, *The Entropy Law and the Economic Process*, apresenta um extenso relato das implicações da lei da entropia nos processos econômicos e como a teoria econômica poderia ser fundamentada na realidade biofísica<sup>103</sup>.

Nessa pesquisa, Nicholas Georgescu<sup>104</sup> expõe um direcionador essencial à economia ecológica, o qual apresenta a segunda lei da termodinâmica ou da lei da entropia, realçando que a natureza impõe limites incontornáveis ao funcionamento da economia. No trabalho apresentado, a economia é um subsistema aberto do sistema

<sup>99</sup> Sampaio, Carlos A. C.; Alves, Flávia K. Ecosocioeconomias: Um Conceito em Construção. In: Sampaio, Carlos A. C.; Grimm, Isabel J.; Alcântara, Liliâne C. S.; Mantovaneli Jr., O. (Orgs.). Ecosocioeconomias: Promovendo Territórios Sustentáveis. (Blumenau, SC: Edfurb, 2019).

<sup>100</sup> Idem.

<sup>101</sup> Joan Martínez-Alier, “Economia Ecológica”. *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*, v. 22, 2015.

<sup>102</sup> Donella Hager Meadows et al., “The Limits to Growth: a report to the club of Rome”. *Google Scholar*, 1972, 91: 2.

<sup>103</sup> Inge Ropke, “The early history of modern ecological economics”. *Ecological economics*, 2004, 50.3-4: 293-314.

<sup>104</sup> Nicholas Georgescu-Roegen, *The Entropy Law and the Economic Process* (Harvard Universidade Press. 1971).

global, é uma parte do todo e muda o paradigma que o sistema econômico é um sistema fechado e circular, onde não entra nada de novo e não sai nada.

Nesses processos não há real criação de riquezas, mas sim a transformação de recursos e energia de baixa entropia (bens naturais) em matéria e energia de alta entropia (resíduos e poluição). Não existe no mundo natural o fenômeno de crescimento contínuo, logo crescimento econômico é intrinsecamente insustentável<sup>105</sup>.

Tendo no seu campo principal de atuação a gestão da sustentabilidade em uma área de pesquisa transdisciplinar<sup>106</sup>, economistas ecológicos questionam a sustentabilidade da economia pelos seus impactos ambientais e os seus requisitos materiais e energéticos e expansão demográfica. Em uma análise mais radical, não aceitam o crescimento econômico como meta da economia<sup>107108</sup>.

Assim, a Economia Ecológica (EE) apresenta características de transitoriedade, estando em concepção continuada e incompleta de vários paradigmas pela ideia de associação de valor da natureza, buscando o equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente. “A economia ecológica paradigma de futuro, trata de uma transitoriedade necessária para que a sociedade se desprenda do atual materialismo utilitário (p.12)”<sup>109</sup>.

Ao se propor uma nova visão, os defensores têm a tomada consciência que não se trata a EE como um dogma de fé, apenas ressaltam que não existe sociedade (nem economia) sem sistema ecológico, contudo pode existir meio ambiente sem sociedade (e economia)<sup>110111</sup>. Nesse aspecto, a EE conserva importância central na transitoriedade entre as racionalidades vigentes à medida que se apresenta como uma prática pedagógica para aqueles que vivem nas sociedades urbanas e que seu cotidiano está preso à racionalidade econômica. Associar custo econômico à natureza, exterioriza um

<sup>105</sup> Clóvis Cavalcanti, “Pensamento Socioambiental e a Economia Ecológica: nova perspectiva para pensar a sociedade”. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 35, 2015.

<sup>106</sup> Inge Ropke, “The early history of modern ecological economics”.

<sup>107</sup> Robert Costanza, “Ecological Economics”: A Research Agenda. *Structural Change and Economic Dynamics*, v. 2, n. 2, p. 335-357, 1991

<sup>108</sup> Hernan Edward Daly, “Crescimento Sustentável? Não obrigado”. *Ambiente e Sociedade*. Campinas, V. 7, n. 02, p. 197- 201. Jul/dez. 2004

<sup>109</sup> Carlos Alberto Cioce Sampaio, Flávia Keller Alves, “Ecosocioeconomias: Um Conceito em Construção”

<sup>110</sup> Hernan Edward Daly, “Crescimento Sustentável? Não obrigado”.

<sup>111</sup> Clóvis Cavalcanti, “Pensamento Socioambiental e a Economia Ecológica: nova perspectiva para pensar a sociedade”

conceito didático para aqueles que estão imersos na sociedade urbana, na qual predomina o ato de consumo<sup>112113</sup>.

A EE se estabelece em um campo transdisciplinar, não se constitui, portanto, um ramo da economia; contudo, Clóvis Cavalcanti<sup>114</sup> faz um resumo didático para diferenciar esses conceitos alvos de muitos equívocos. A economia convencional visa a produção, distribuição e o consumo de bens e serviços (foca os fluxos e variáveis econômicas, excluindo a natureza como externalidade e se preocupa apenas com os seres humanos). A economia ambiental se ocupa em precificar a natureza (internalizar custos ambientais de modo a se obter preços que representam os custos de oportunidade sociais marginais completos). A economia ecológica estuda a relação entre homem, natureza e economia, tendo como meta a evolução independente, mas conectada, das bases biofísicas dos sistemas ecológicos e econômicos<sup>115116</sup>.

Com esses três conceitos diferentes, que aproximam e afastam da realidade a lógica dos sistemas que violam os princípios da razão clássica, a mudança de um paradigma, geralmente, é um processo complexo e demorado, mas que chega para refazer ou reconstruir novos conceitos<sup>117</sup>. Assim, os conceitos dialogam com a lógica do terceiro incluído, que dialoga com a complexidade e transdisciplinaridade; portanto, compatível com as divergências conceituais e práticas apontadas nos três campos de pensamento da economia clássica, economia ambiental e economia ecológica.

A lógica do terceiro incluído é uma “lógica da complexidade e até mesmo, talvez, uma lógica privilegiada, na medida em que permite atravessar, de maneira coerente, os diferentes campos do conhecimento (p.40)”<sup>118</sup>. Diante dessas constatações, baseando nos princípios daquilo que Marx chamou de “dialética da natureza”, as leis gerais da dialética podem ser associadas a EE, quando por exemplo na lei da passagem da quantidade à qualidade (e vice-versa). Ao mudarem, as coisas não alteram sempre em

<sup>112</sup> Carlos Alberto Cioce Sampaio et al., “Ecosocioeconomías: un Concepto en Construcción”.

<sup>113</sup> Sampaio, Carlos A. C.; Alves, Flávia Keller Alves, “Ecosocioeconomias: Um Conceito em Construção”.

<sup>114</sup> Clóvis Cavalcanti, “Pensamento Socioambiental e a Economia Ecológica: nova perspectiva para pensar a sociedade”

<sup>115</sup> Idem.

<sup>116</sup> Andrei Cechin, José Eli da Veiga, *O Fundamento Central da Economia Ecológica*. In: MAY, P. (Org.). *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2010. p. 33-48.

<sup>117</sup> Américo Sommerman, “Complexidade e Transdisciplinaridade”. *Revista Terceiro Incluído*, v. 1, n. 1, p. 77-89, 2011.

<sup>118</sup> Basarab Nicolescu, *O Manifesto da Transdisciplinaridade*. ([tradução de Lúcia Pereira de Souza] São Paulo: Triom, 1999), p. 40.

cadência símile; as transformações existem primeiro na quantidade (evolução) e preparam para as transformações qualitativas.

Na lei da interpenetração dos contrários, a contradição é o agente que estimula o movimento e a transformação. O paradoxo é a faísca que faz surgir a disputa entre os contrários. Por estarem em luta, há uma nova geração. Por fim, a lei da negação da negação explica que cada qualidade nega a anterior; porém, cada uma deixa sua essência marcada e essa simbiose preserva-se o resultado positivo anterior, no desenvolvimento subsequente<sup>119120121</sup>. Essas leis gerais estão no processo representado pelo esquema triádico de tese, antítese e síntese<sup>122</sup>.

Sob o prisma de um paradigma em construção, a EE é algo diferente da economia ambiental, aberta para ações que tenham relação com o meio ambiente<sup>123</sup>. Dito isso, a EE não é um paradigma novo e isolado, é baseada em suposições e teorias compartilhadas, que explora padrões de pensamento originais e favorece a derivação de novas respostas para os problemas<sup>124</sup>. Com aderência compatível às leis da dialética, representa na essência uma transitoriedade entre as racionalidades vigentes.

## CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve como objetivo apresentar uma linha temporal, da idade média até a contemporaneidade, destacando teorias do pensamento humano e das ciências, a partir de aspectos econômicos, sociais e ambientais, que evidenciam elementos de transitoriedade até a postulação de teorias pós-desenvolvimentistas, sob a denominação das ecosocioeconomias, da qual pressupõe a economia ecológica.

Aponta-se os limites da racionalidade econômica incrustada no capitalismo, sob a tríplice desenvolvimentista: economia de mercado, pensamento neoliberal e sociedade de consumo. Por outro lado, se enaltece elementos das teorias de pós-desenvolvimento enquanto alternativa ao paradigma vigente, por meio das ecosocioeconomias e economia ecológica.

<sup>119</sup> Emiko Yoshikawa Egrý, "Compreendendo a Dialética na Aproximação com o Fenômeno Saúde-Doença".

<sup>120</sup> Leandro Konder. *O que é Dialética?*

<sup>121</sup> Friedrich Engels. *Dialética da Natureza*.

<sup>122</sup> Idem.

<sup>123</sup> Inge Ropke, "The early history of modern ecological economics". *Ecological economics*, 2004, 50.3-4: 293-314.

<sup>124</sup> Robert Costanza, "Ecological Economics: A Research Agenda". *Structural Change and Economic Dynamics*, v. 2, n. 2, p. 335-357, 1991

Como aspectos positivos, houve avanços nas ciências, áreas médicas, transportes, telecomunicações etc. Por outro lado, trouxe impactos negativos principalmente em relação ao meio ambiente, no que se refere às mudanças climáticas, ocasionadas antropogenicamente, sobretudo a partir da chamada revolução industrial, e às assimetrias sociais.

O que se pode inferir dessa revisão/abordagem é que a lógica do capitalismo (globalizado) apresenta evidências sistêmicas no processo histórico humano e tem relações diretas com as crises paradigmáticas do projeto civilizatório. No entanto, essas mesmas crises nos remete a compreensão de que de tempos em tempos tais transições paradigmáticas nos colocam em encruzilhadas que são marcadas por transitoriedades, pressupondo a reconstituição de novas visões de mundo.

Neste cenário, o conceito de desenvolvimento pautado na economia de mercado, pensamento neoliberal e sociedade de consumo no consumo, encontra resistências em postulados que indicam alternativas e outras formas de lidar com as complexidades dos negócios e as novas concepções, valorizando questões éticas, subjetivas e ecológicas. Essas são as posições epistemológicas de correntes que compõem paradigmas como as ecosocioeconomias e economia ecológica.

Mesmo ciente das diferenças de forças nas arenas econômicas, políticas e sociocultural, os princípios ecosocioeconômicos e da economia ecológica irrompem em transitoriedades, avançando, mesmo que lentamente, na busca de substituir o que não mais atende as condições mínimas de vida no planeta e a garantia de vida futura. Esse binômio que caracteriza transitoriedade epistemológica antipositivista, em suas concepções, priorizam aspectos transdisciplinares e valorização das questões socioambientais, constituindo-se como alternativas às racionalidades do sistema econômico hegemônico vigente.

Em aspectos práticos que refletem as dimensões econômicas, sociais e ambientais, essas premissas não se apresentam como soluções hegemônicas, mas sim como opções efetivas aos princípios que orientam o *mainstream* econômico. As recentes crises cíclicas sanitárias e ambientais iluminam o projeto civilizatório para uma nova compreensão, percorrendo novos caminhos e produzindo sínteses, com vertentes ecosocioeconômicas e ecológicas da economia, passando de um estado de

transitoriedade, no qual o conhecimento se amplia e avança para um paradigma emergente.

Por fim, mesmo que as ecosocioeconomias não se coloquem como uma nova base conceitual, é notório a construção teórica a partir das experiências paradigmáticas publicadas. Os sinais de avanço para a transitoriedade de um paradigma emergente, estão presentes nos esforços relatados no ensaio. No caso, o estabelecimento de um padrão pós desenvolvimentista que busca solucionar ou ao menos minimizar a relação de complementaridade entre o homem e a natureza, como sugere a visão ecocêntrica do Bem Viver, que sugere viver em plenitude no território.

## REFERÊNCIAS

Albuquerque, Leila M. B. *Novos Paradigmas, Antigos Saberes*. Comunidade Virtual de Antropologia (Internet), v 6, n 1, p 1-8.

Andrade, Francisca M. R.; do Carmo, Eunápio D.; Henriques, Alen B. “Agronegócio e Mineração na Amazônia Paraense: Populações Tradicionais e Racismo Ambiental.” *Ciência Geográfica - Bauru - XXVII - Vol. XXVII - (2): janeiro/dezembro*, p. 788-817, 2023.

Assis, Jesus de Paula. “Kuhn E as Ciências Sociais”. *Estudos Avançados* 7, no. 19 (September 1993): 133-64. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141993000300004>.

Aron, Raymond, *As Etapas do Pensamento Sociológico*, ([tradução Sérgio Bath]. Martins Fontes, 2000).

Alcântara, Liliane C. S.; Grimm, Isabel J, “A Ecosocioeconomia e o Bem Viver na Perspectiva do Urbano”. *RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 3, n. 2, p. 121-144, 2017.

Alcântara, Liliane C. S.; Sampaio, Carlos A. C. *Bem Viver e Ecosocioeconomias*, (Cuiabá, MT: Edufmt, 2019).

Bambirra, Vania. *A Teoria Marxista da Transição e a Prática Socialista*, (Brasília, DF Edunb, 1993).

Capra, Fritjof. *O Ponto de Mutação (The Turning Point)*. ([tradução de Álvaro Cabral]. São Paulo, 1982).



Cavalcanti, Clóvis. “Pensamento Socioambiental e a Economia Ecológica: nova perspectiva para pensar a sociedade”, *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 35, 2015. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v35i0.43545>

Cechin, Andrei; Veiga, José, Eli da. “O Fundamento Central da Economia Ecológica. In: MAY, P. (Org.). *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2010. p. 33-48.

Costanza, Robert. “Ecological Economics: A Research Agenda. Structural Change and Economic Dynamics”, v. 2, n. 2, p. 335-357, 1991. [https://doi.org/10.1016/S0954-349X\(05\)80007-4](https://doi.org/10.1016/S0954-349X(05)80007-4).

Daly, Hernan, Edward. “Crescimento Sustentável? Não obrigado”, *Ambiente e Sociedade*. Campinas, V. 7, n. 02, p. 197- 201. Jul/dez. 2004. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2004000200012>

Dobb, Maurice Herbert. *A Evolução do Capitalismo*. ([tradução de Manoel do Rego Braga]. Abril Cultura. 1988).

Dos Reis, Aparecido Francisco. *Durkheim: Uma Resenha Sobre as Regras do Método Sociológico*. (Multitemas, 1999).

Durkheim, Émile. *Da divisão do Trabalho Social*. (São Paulo: Abril Cultural, 1983. Os pensadores).

Egry, Emiko Yoshikawa, “Compreendendo a Dialética na Aproximação com o Fenômeno Saúde-Doença”, São Paulo, *Escola de Enfermagem da USP*, 1994.

Engels, Friedrich. *Dialética da Natureza*. (São Paulo: Paz e Terra, 1977).

Escobar, Arturo. *O Lugar da Natureza e a Natureza do Lugar: Globalização ou Pós-Desenvolvimento?* (Buenos Aires. Clacso. 2005).

Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda, “Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa”. In: *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 2009. p. 2120-2120.

Freud, Sigmund. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume XIV: *A História do Movimento Psicanalítico, Artigos sobre Metapsicologia (1914-1916)* (Imago Editora, 2006).

Georgescu-Roegen, Nicholas. *The Entropy Law e the Economic Process* (Harvard Universidade Press.1971).

Giddens, Anthony. *Política, Sociologia e Teoria Social*. Tradução de Alexandra Figueiredo, Ana Patrícia Duarte Baltazar, Catarina Lorga da Silva, Patrícia Matos, Vasco Gil. Revisão científica José Manuel Sobral (Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2008).

Godelier, Maurice. *Transitions et Subordinations au Capitalisme*. (Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1991). <https://doi.org/10.4000/books.editionsmsmsh.6229>.

Gudynas, Eduardo. *Extractivismos: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza*. Cochabamba: CEDIB/CLAES, 2015.

Hannan, James. *A Origem da Ciência*. ([tradução de Carla Ribeiro] Editora Alma Livro, 2021).

Intergovernmental Panel On Climate Change - IPCC. “Sexto Relatório de Avaliação do IPCC: Mudança Climática 2022”. Acessado em 2 maio, 2023, <https://www.unep.org/pt-br/resources/relatorios/sexta-relatorio-de-avaliacao-do-ipcc-mudanca-climatica-2022>.

Kapp, Karl William. *The Social Costs of Private Enterprises*. (Cambridge: Harvard University Press, 1950).

Konder, Leandro, *O que é Dialética?* (São Paulo, Brasiliense, 1984. 87 p.)

Kuhn, Thomas S. A. *Estrutura das Revoluções Científicas*. ([tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira] Editora Perspectiva, 1998).

Leff, Enrique. *Ecologia, Capital e Cultura: a Territorialização da Racionalidade Ambiental*. (Editora Vozes, 2009).

Lowy, Michael. *A Jaula de Aço: Max Weber e o Marxismo Weberiano*. ([tradução de Mariana Echalar] São Paulo: Boitempo Editorial, 2014).

Mantovaneli Jr, Oklinger; Sampaio, Carlos A. C. “Governança para o Desenvolvimento Territorial Sustentável”. *Brazilian Journal of Environmental Sciences* (Online), n. 18, p. 77-88, 2010.

Martínez-Alier, Joan. “Economia Ecológica”. *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*, v. 22, 2015.

Max-Neef, Manfred A. “Foundations of transdisciplinarity”. *Ecological Economics*, 2005, 53.1: 5-16.

Meadows, Donella H., Meadows, Dennis I.; Randers, Jorgen; Behrens, William W. “The Limits to Growth: a report to the club of Rome”. *Google Scholar*, 1972, 91: 2.

Morin, Edgar. *Ciência com Consciência*. ([tradução de Maria Alice Sampaio Dória] Ed. revista e modificada pelo autor - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 350p. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005).

Neves, Vítor. “Social Costs: Where Does the Market End?” RCCS Annual Review. A selection from the Portuguese journal *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 4, 2012.

Nicolescu, Basarab. *O Manifesto da Transdisciplinaridade*. ([tradução de Lúcia Pereira de Souza] São Paulo: Triom, 1999).

Quintaneiro, Tânia; Barbosa, Maria L. O.; Oliveira, Márcia G. M. *Um Toque de Clássicos*. (Ed. UFMG. Minas Gerais, 2003).

Ronan, Colin A. *História Ilustrada da Ciência: da Renascença à Revolução Científica*. (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v. 3, p. 23-8, 2001).

Ropke, Inge. “The early history of modern ecological economics”. *Ecological economics*, 2004, 50.3-4: 293-314. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2004.02.012>.

Sachs, Ignacy. *Ecosocioeconomia: Teoria e Prática do Desenvolvimento*. (São Paulo: Cortez Editora, 2007).

Sachs, Ignacy. *A Terceira Margem: em Busca do Ecodesenvolvimento*. (Companhia das Letras, 2009).

Sampaio, Carlos A. C. “Turismo como Fenômeno Humano: Princípios para Pensar a Ecosocioeconomia do Turismo e sua Prática Sob a Denominação Turismo Comunitário”. *Revista Turismo em Análise*, v. 18, n. 2, p. 148-165, 2007.

Sampaio, Carlos A. C.; Dallabrida, Ivan S. “Ecosocioeconomia das Organizações: Gestão que Privilegia uma outra Economia”. *Revista da FAE*, v. 12, n. 2, 2009.

Sampaio, Carlos A. C. *Gestão que Privilegia uma Outra Economia: Ecosocioeconomia das Organizações*. (Blumenau, SC: EdifURBb, 2010).

Sampaio, Carlos A. C.; Zuñiga, Christian H.; Fuders, Felix, “Ecosocioeconomías: un Concepto en Construcción”. *Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade*, v. 27, n. 52, p. 13-25, 2018.

Sampaio, Carlos A. C.; Alves, Flávia K. “Ecosocioeconomias: Um Conceito em Construção.” In: *Ecosocioeconomias: Promovendo Territórios Sustentáveis*. Org. Sampaio, Carlos A. C.; Grimm, Isabel J.; Alcântara, Liliane C. S.; Mantovaneli Jr., O. (Blumenau, SC: Edfurb, 2019).

Sampaio, Carlos A. C.; Grimm, Isabel J.; Alcântara, Liliane C. S.; Mantovaneli Jr., O. “Ecosocioeconomias: Análise de experiências ao oeste dos Estados Unidos da América”. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 16, n. 3, 2020.

Sampaio, Carlos A. C.; Alcântara, Liliane C. S.; Vieira, Paulo H. F. “Bem Viver: Repensando a Criação de Novos Modos de Vida na Era Pós-Covid-19”. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 59, 2022.

Silva, Alessandra. T. M.; Meira, Roberta. B.; Melo Júnior, João C. F. de. “Um Grito de Alerta de Dentro do Coração da Hutukara: Memórias do Garimpo na Literatura Yanomami”. *História Ambiental Latinoamericana Y Caribeña (HALAC) Revista De La Solcha*, 13(2), 55–87, 2023. <https://doi.org/10.32991/2237-2717.2023v13i2.p55-87>

Sommerman, Américo. “Complexidade e Transdisciplinaridade”. *Revista Terceiro Incluído*, v. 1, n. 1, p. 77-89, 2011.

UN, United Nations. United Nations Development Program. “Sustainable Development”. New York: UNDP, 2021. Accessed mar 2023. <https://feature.undp.org/2023-halfway-there>.

Vieira, Paulo F, “Do Preservacionismo ao Desenvolvimento Territorial Sustentável”. *Política & Sociedade*, v. 8, n. 14, p. 27-78, 2009.

Vieira, Paulo H. F.; Sampaio, Carlos A. C, “Ecosocioeconomias na Encruzilhada do Antropoceno: uma Perspectiva Sistêmica-Transdisciplinar”. *Revista Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)*, v. 12, p. 168 - 208, 2022.

Wanderley, Luís. J., Gonçalves, Ricardo. J. de A. F., Milanez, Bruno. “O interesse é no minério: o neoextrativismo ultraliberal marginal e a ameaça de expansão da fronteira mineral pelo governo Bolsonaro”. *Revista Da ANPEGE*, 16(29), 555–599, 2020. <https://doi.org/10.5418/ra2020.v16i29.12457>

Weber, Max, *Economía y Sociedad. Esbozo de Sociología Comprensiva*. (México: Fondo de Cultura Económica. México, 2002).

Weber, Max, *A ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* ([tradução de S. Tellaroli] São Paulo: Companhia das Letras. [Original publicado em 1905], 2004).

## **Paradigms and Transitories: From the Middle Ages to the Contemporary, Ecosocioeconomias and Ecological Economics**

### **ABSTRACT**

The history of humanity presents elements of paradigmatic transitions that are triggered from time to time. This essay aims to present a timeline from the Middle Ages to contemporaneity, highlighting theories of human thought and sciences, based on economic, social, and environmental aspects that evidence elements of transitoriness until the postulation of post-developmental theories, under the denomination of ecosocioeconomias, which presupposes ecological economics. The state of the art on the transitoriness theme was surveyed, based on reading books and reference articles. Through a retrospective approach, a historical time frame was cut from the transition of the feudal system to the advent of capitalism in its early phase, the industrial revolution to our present day. The emergence of theories and paradigms that somehow guide thought and social life was analyzed/presented. The influence of the capitalist system on the human historical process and that permeates until our days is evident. However, elements of the so-called ecosocioeconomias, with components of ecological economics, are present, which, as a whole, may characterize an antipositivist epistemological transitoriness that prioritizes transdisciplinary aspects and the valorization of socio-environmental issues in its conceptions, constituting alternatives to the rationalities of the current hegemonic economic system.

**Keywords:** alternatives to development; development; paradigm transitions.

Recibido: 08/05/2023  
Aprovado: 04/08/2023